

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Práticas Escolares: sucesso ou fracasso escolar de crianças no ensino primário, no início do século XX (Sabará/MG).

Fernanda Cristina Campos da Rocha. *

Resumo:

O trabalho aqui proposto tem como objetivo investigar as práticas escolares em torno do sucesso ou do fracasso escolar de crianças no ensino primário, nas duas primeiras décadas do século XX. Para tanto, toma-se como foco de análise, uma importante instituição educativa de Minas Gerais: O Grupo Escolar Paula Rocha, localizado na cidade de Sabará/MG. Busca-se traçar a trajetória dos alunos que entraram no primeiro ano primário, em 1907 – ano em que o grupo escolar de Sabará foi criado, um ano após a Reforma João Pinheiro, que introduz a escola graduada em Minas Gerais – através, principalmente, dos livros de matrículas do grupo, dos relatórios de direção e inspeção, das atas de exames e da legislação referente ao período, na tentativa de compreender a razão pela qual os alunos completavam o ensino primário em aproximadamente sete anos, tendo em vista que a legislação previa quatro.

Palavras chaves: escola graduada, práticas escolares, fracasso/sucesso escolar.

Abstract::

This article's objective is to investigate scholar practices concerning success or failure of children in elementary school of the two first decades of XX century. In order, becomes focus, an important Institution of Education of Minas Gerais: The School Group Paula Rocha, located at the city of Sabará/MG. We try to trace the trajectory of the students who got into the first degree of elementary school in 1907 – year that Sabará's school was created, one year after João Pihneiro's Reformulation, that inserted graduate school in Minas Gerais through , mainly, books of group registration, direction and inspection's reports, exam's reports and laws concerning the period, trying to understand the reason that made the students to conclude the elementary school in, closely, seven years when the law suggested four.

Key words: graduate school, school practices, school failure / school success

O objetivo proposto neste trabalho é investigar durante a primeira década de existência do Grupo Escolar Paula Rocha – Sabará/MG, 1907-1916, as práticas escolares de ensino/aprendizagem nos primeiros anos de escolarização e a relação dessas práticas com o alto índice de retenção dos alunos no primeiro ano do ensino primário.

Os tempos que se seguiram à Proclamação da República frustraram expectativas: a instabilidade econômica e política se materializavam pelas ruas das cidades, sendo visível na miséria e na presumida ignorância da população, principalmente aquela mais pobre. Tais questões fortaleceram a crença de políticos e intelectuais republicanos de que a constituição

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/ UFMG. Financiada pela FAPEMIG.

de uma nova nação dependia, em boa medida, de se lançar mão da escola como um recurso civilizatório (FARIA FILHO E VAGO, 2000).¹

Ainda segundo os mesmos autores a precariedade das escolas isoladas e do ensino era alvo de críticas por parte dos republicanos: faltava material, faltava um espaço apropriado para a escola, a frequência era baixa, dentre outros problemas. Expandir a instrução pública passa a ser uma das preocupações dos sujeitos envolvidos com a educação, principalmente, porque a escola passa a ser considerada essencial para que o regime fosse consolidado. Tirar as crianças das ruas e levá-las para a escola se torna uma meta desse novo regime.

Em 1906, o então Presidente do Estado de Minas Gerais, o Dr. João Pinheiro da Silva, juntamente com seu Secretário do Interior, Dr. Manuel Tomaz de Carvalho Brito introduziram em Minas Gerais uma grande mudança no ensino primário: a instituição dos grupos escolares. Antes da Criação dos Grupos Escolares, o ensino era ministrado em escolas isoladas, onde os professores ensinavam em classes heterogêneas – ou seja, nas quais os alunos tinham idades diferentes e também se encontravam em diferentes níveis de aprendizagem.

A reforma promovida em 1906 traz um novo modelo escolar, não mais centrado nas Escolas Isoladas que segundo o ideário republicano eram precárias. Dessa forma, o foco passa a ser a constituição dos Grupos Escolares, que era visto como a possibilidade de preparar os sujeitos dentro de uma nova realidade. Dessa maneira, pode-se dizer que, de alguma forma, o ano de 1906 marca a história da escola primária mineira, isso porque é o momento do início da *“institucionalização e difusão de um novo modelo escolar – das escolas graduadas”* (PERES, 2000: 15). Assim como PERES (2000), entendo modelo escolar como sendo a construção sócio-histórica e cultural de um modo de organização administrativo-pedagógico da instituição escolar que pode variar no tempo. Essa construção histórica é resultante da intersecção de uma pluralidade de dispositivos científicos, religiosos, políticos e pedagógicas e, ainda, da ação dos sujeitos escolares.

Reconhecendo os grupos escolares como um espaço que foi instituindo paulatinamente uma nova cultura escolar, que permitia um maior controle sobre o corpo docente e sobre os alunos, é possível apreender no Grupo Escolar Paula Rocha, com as fontes já levantadas, um momento de construção de novas práticas escolares: o ensino seriado, com classes graduadas pela idade e grau de conhecimento, um único professor por classe, o uso de

¹ Além desse trabalho, as teses de doutorado dos dois pesquisadores: FARIA FILHO (1996) e VAGO (1999), também abordam a temática.

testes para “promoção ou não promoção²” dos alunos, uma nova organização do tempo escolar, vários docentes sob uma direção, uma nova forma de organizar o currículo, além de uma nova identidade profissional para os professores, dentre outras mudanças. Acredito que com a criação dos grupos escolares uma nova identidade profissional foi se instituindo: a maior fiscalização do corpo docente, a maior exigência acerca da capacitação, da promoção dos alunos, a nova organização do ensino, do espaço e do tempo escolar fazem com que uma nova identidade vá se instituindo.

É necessário dizer, no entanto, que essa mudança não ocorreu de forma simples e harmônica. Em Minas Gerais, a escola não se impôs com facilidade, como se pode confirmar na leitura dos relatórios de diretores e inspetores que eram enviados ao Secretário do Interior. Segundo os diretores (as) e inspetores do Grupo Escolar Paula Rocha, muitas famílias resistiam em enviar seus filhos à escola, pois, precisavam deles para trabalhar. A baixa frequência escolar, os altos índices de evasão e a “repetência” no primeiro ano primário são indícios dos grandes problemas enfrentados pela escola e podem configurar, também, a não-aceitação imediata do saber legitimado pela escola. Sabará não estaria de fora dessas questões, como nos mostra o relatório da diretora do grupo Dona Maria José dos Santos Cintra, em 1911, que justifica a evasão e a baixa frequência do grupo, responsabilizando os pais dos alunos.

Foram eliminados durante o anno por terem deixado de comparecer às aulas sem motivo justificado e por transferência 63 alumnos, sendo 45 do sexo masculino e 18 do sexo feminino. Dos eliminados eram 35 do primeiro anno, 18 do segundo, 6 do terceiro e 4 do quarto. Este facto deve ser levado à conta de desidia dos paes que se não incommodam em deixar seus filhos vagarem pelas ruas e praças da cidade em prejuízo da frequência do estabelecimento, bem como da pobreza de maior parte daquelles que à mingua de recursos, se vêem na contingência de deixar estes crescerem sem necessária instrução.³

Essa tensão em torno do movimento de afirmação da escola revela as contradições do processo de constituição de uma nova cultura escolar, em Minas Gerais, na primeira metade do século XX, que merece ser investigada. Entretanto, importa de todo modo registrar que, apesar das tensões, a chamada Reforma João Pinheiro, inaugura uma nova organização no ensino primário que desencadeou em Minas Gerais um intenso movimento de afirmação da escola.

² Utilizo os termos promoção e não promoção porque são estes os termos encontrados nas fontes analisadas, em especial, nos livros de matrículas e nas atas de exames.

³ Arquivo Público Mineiro/ Secretaria do Interior. Códice: 3461. Relatório do Grupo Escolar “Paula Rocha” de Sabará apresentado pela diretora Maria José dos Santos Cintra, janeiro de 1913.

As leituras e reflexões realizadas até o momento despertaram-me questões que gostaria de aprofundar durante o desenvolvimento da pesquisa, são elas: a Reforma de João Pinheiro, em 1906, e com ela a criação dos grupos escolares, trouxe mudanças na cultura escolar, como por exemplo, a nova organização do tempo escolar – o primário passa a ser dividido em quatro anos. Como se deu essa nova organização: o ensino seriado?

A intenção é acompanhar, através da documentação existente sobre a primeira década de funcionamento do grupo escolar, a trajetória da primeira turma de primeiro ano primário, matriculados no ano de 1907, buscando compreender as razões pelas quais grande parte dos alunos completava o primário em aproximadamente sete/oito anos, uma vez que a legislação previa quatro anos para os alunos completarem o ensino primário. Em uma análise preliminar dos livros de matrícula ficou evidente que os alunos, em média, ficavam retidos no primeiro ano primário por três/quatro anos.

A inquietação em torno da retenção dos alunos levou – me a querer investigar mais especificamente as práticas escolares em torno das dificuldades do ensino/aprendizagem nos primeiros anos de escolarização, uma década após a Reforma João Pinheiro que inaugura em Minas Gerais uma nova organização escolar, com a criação dos Grupos Escolares. Dificuldades entendidas em um sentido amplo, não apenas do ponto de vista das crianças, mas também, do ponto de vista do entendimento dos professores sobre a reforma e a nova organização do ensino, enfim, da sociedade local sobre esta nova forma de escolarização.

Também é preciso esclarecer os dois sentidos aqui utilizados do conceito de escolarização, primeiramente é:

designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à 'organização' de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis, seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, o mais das vezes, da moral e da religião.

E, em outra acepção como “*o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados*”. (FARIA FILHO, 2002: 16),

Já as práticas escolares são aqui entendidas como as “*vivências, as experiências e as ocorrências escolares – intencionais ou não – entendidas como práticas sócio-culturais*”. (PERES, 2000: 26). Ainda concordando com a mesma autora, entendo que as práticas escolares são

práticas sócio-culturais, porque: primeiro, são produzidas pelos atores educativos – administradores, orientadores, professores, alunos; segundo, são produtoras e produzidas também sob a influência de outras práticas sociais e culturais, ou seja, são construídas no interior da escola, mas mantém relação direta com o mundo exterior. (PERES, 2000:26)

Segundo a citação acima, as práticas escolares são produtoras e produzidas de outras práticas sociais e culturais. Acredito que as práticas escolares são produzidas também por alguns discursos. No caso deste trabalho tomo o discurso legal (a legislação escolar correspondente ao recorte proposto – 1906-1916) como produtor de algumas práticas escolares no interior do grupo em questão. E, se por um lado, a legislação irá ser tomada como o discurso oficial, por outro lado, utilizo a legislação como fonte e como contraponto para tentar compreender as diferentes apropriações dos sujeitos escolares envolvidos no cotidiano do grupo em questão, a intencionalidade com que os professores e diretores incorporaram o programa de ensino, o horário estabelecido pela reforma, as instruções metodológicas e se existem ou não relações dessas apropriações com o fracasso ou o sucesso escolar dos alunos.

O estabelecimento de uma nova cultura escolar, que teve início em 1906, com a Reforma João Pinheiro, foi determinante na mudança do ensino primário mineiro e, dessa forma, nas práticas escolares, no período aludido. Acredito que a investigação destas mudanças na organização escolar (tanto no que se refere à legislação, quanto no que se refere ao que de fato aconteceu nas práticas cotidianas do grupo escolar): no tempo, nos processos e práticas pedagógicas envolvidas nos primeiros anos de escolarização, possibilitará compreender algumas razões do sucesso ou do fracasso escolar dos alunos do grupo.

O trabalho de JULIA (2001) e a importância que o autor coloca na possibilidade de análise da cultura escolar, indica-nos uma forma de abordar as práticas escolares. Nesse trabalho, o conceito será utilizado em análises que “*caracterizam aquilo que é próprio da escola, criado e recriado em seu cotidiano*” e também, na medida em considero que a criação dos grupos escolares “*significou a construção de uma nova cultura escolar*” para o ensino primário mineiro. (PERES, 2000).

Ao analisar a legislação no que diz respeito aos exames e promoções, fica claro que havia duas possibilidades: o aluno ser promovido para o ano superior ou repetir o ano do curso. Além disso, segundo MOURÃO (1962):

Havia uma disposição especial para os alunos que conseguissem 10 pontos de média semestrais, compreendendo todas as disciplinas. Estes seriam promovidos ao ano superior que freqüentariam a partir do mês de julho. Tal dispositivo permitiria aos alunos excepcionais fazer o seu curso primário em tempo menor que o normal.

Porém, no período analisado, isso não ocorre no Grupo Escolar Paula Rocha. Chama-nos a atenção, ao contrário, o alto índice de retenção, principalmente, no primeiro ano primário.

Dessa forma, como bem explicou CHERVEL (1990), nem todas as finalidades do ensino estão prescritas na legislação, assim como há uma distância entre o que está presente na lei e o que realmente ocorre no interior da escola, em seu cotidiano. Dessa forma, é importante que se tenha um olhar atento para a legislação, não tomando como única realidade o que está presente na lei. CHERVEL conclui a respeito da cultura escolar que esta “*traduzia os resultados esperados pelo programa oficial*” por um lado e “*revelava efeitos imprevisíveis, engendrados pelo sistema escolar independentemente*”, por outro. (CHERVEL apud VIDAL, 2005, p.28).

Ao tomar a legislação como uma das fontes a ser trabalhada e ao pensar de uma maneira mais macro, faz supor que com a nova organização do ensino primário - em especial, a questão da seriação (primário dividido em quatro anos) - os alunos iriam concluir o primário nesse tempo. Porém, ao se lançar o olhar para o interior de uma instituição educativa, no caso, o Grupo Escolar Paula Rocha, faz questionar e ter o interesse em analisar o longo tempo gasto pelos alunos para concluir o primário e especialmente, a retenção no primeiro ano. Vale ressaltar que esse “fracasso” não acontecia somente nas camadas populares. Os dados analisados até o momento nos mostram que os alunos - filhos e netos de famílias abastadas e de sujeitos ilustres da cidade de Sabará, também não concluíam o primário em quatro anos.

Grande parte dos alunos do Grupo Escolar Paula Rocha ficava retida por um longo tempo no primeiro ano primário. Então, quais eram as dificuldades do ensino/aprendizagem nesse ano escolar? Por que os alunos ficam tanto tempo retidos no primeiro ano? Quem eram os sujeitos bem e mal sucedidos nesse processo? Quais eram os critérios levados em consideração para que o aluno fosse para o ano seguinte? Como se dava a avaliação destes alunos? E as professoras, o que determinava que fossem considerados como competentes ou incompetentes estava relacionado com o sucesso/fracasso de seus alunos? Será que o fracasso escolar era culpa do aluno ou ele era vítima de uma nova organização do ensino, na qual todos os sujeitos escolares envolvidos nesse processo ainda não estavam preparados para essa nova organização, prescrita na legislação?

Pretendo, realizar uma análise que não se limite a uma explicação que generalize a escola como uma instituição moldada pelo estado, uma instituição que apenas cumpre as determinações legais. Um esforço será realizado na tentativa de estabelecer as possíveis relações entre o que realmente ocorreu no cotidiano escolar (as práticas) e o discurso oficial (a legislação), na tentativa de compreender a razão do sucesso ou do fracasso escolar, entendido aqui, como a não promoção de grande parte de alunos para o ano subsequente do ensino, o que acarretava, na maioria das vezes, em evasão escolar.

A intenção é realizar uma “*análise das questões educativas a partir não só das determinações externas, mas também das conflitualidades internas*” que possibilitasse “*novas vias para compreender que as intenções, as realidades e os resultados [da escolarização] não formam um todo historicamente coerente*” (NÓVOA apud PERES, p.21).

A temática acerca do fracasso escolar de crianças nos anos iniciais de escolarização tem sido motivo de preocupação de educadores e políticos ainda hoje. O acesso das camadas ditas desfavorecidas à escolarização foi acompanhado pelo fracasso: seja pela repetência ou pela evasão. Dessa forma, é legítimo que os pesquisadores se preocupem com as questões atuais desse fracasso, porém, assim como MACIEL (2000), acredito ser necessário investigar a razão da permanência desse fracasso ao longo do tempo para que se possa ter uma visão diacrônica do problema.

Priorizar a busca da compreensão das práticas escolares em torno do ensino/aprendizagem nos primeiros anos de escolarização de crianças, no início do século XX, se faz necessário na medida em que acredito que seja importante compreender

a fase inicial de escolarização como rito de iniciação no mundo público da linguagem e da cultura, que consolida modelos e concepções de leitura e escrita, além disso, a importância estratégica que, no Brasil, foi-lhe sendo atribuída ao longo de dois processos históricos correlatos: organização de um sistema público de ensino e constituição de um modelo específico de escolarização das práticas de leitura e escrita. (MORTATTI, 2000: p.17)

É possível afirmar – através de uma análise preliminar da legislação, do programa de ensino do período aludido nesse trabalho, do horário proposto pelo programa de ensino e das instruções metodológicas para o ensino primário – que o ensino da leitura, escrita e língua pátria eram aspectos muito valorizados no período. A disciplina “Língua Pátria” era a disciplina que mais requeria a atenção dos professores.

A preocupação com o analfabetismo é recorrente na documentação analisada. Em um documento encontrado no Arquivo Público Mineiro, referente ao Grupo Escolar Paula

Rocha, que data de 1912, nos traz informações importantes acerca desse assunto, o documento traz uma notícia do jornal “Minas Gerais”, elogiando o grupo que estava envolvido:

na guerra contra o analphabetismo, que têm sido a preocupação constante dos [meritos] estadistas, que têm em mãos, nesta quadra promissora da prosperidade da formosa terra mineira, os destinos deste importantissimo departamento brasileiro⁴.

As informações, acima referidas, retiradas de documentos analisados até o momento, leva a pensar que a questão do analfabetismo e do ensino da leitura e da escrita era um importante aspecto da época. Isso faz supor que o sucesso ou o fracasso escolar, principalmente no primeiro ano primário estava relacionado, principalmente, à aprendizagem das habilidades da leitura e da escrita. MACIEL (2003, p. 228) afirma que:

Atentar para a dimensão histórica da alfabetização é também uma opção política e social, ainda mais quando nos deparamos com o fenômeno do analfabetismo, que tem como consequência excluir uma parcela significativa de cidadãos brasileiros de se tornar usuários efetivos das habilidades de leitura e da escrita no convívio social.

As pesquisas que abordam as questões relativas à alfabetização estão mais voltadas para a aplicação imediata, visando à denúncia e/ou intervenção da realidade (MACIEL, 2003), ainda segundo a mesma autora “o que não deixa de ser uma postura plausível diante dos baixos níveis de alfabetização no Brasil”.

Além dos trabalhos acerca da alfabetização estarem mais voltados para o presente, àqueles que buscam compreender as questões relativas à alfabetização em uma abordagem histórica centram-se, na maioria das vezes, no debate acerca dos métodos de ensino da leitura e da escrita. Ainda é uma grande lacuna na história da educação, estudos que buscam compreender as razões do fracasso/sucesso escolar nos anos iniciais da escolarização de crianças através do tempo, enfatizando outras relações desse sucesso/fracasso, que não sejam com os métodos de ensino da leitura e da escrita, utilizados nas escolas.

Dessa forma, acredito que este trabalho poderá contribuir com a compreensão das razões do sucesso ou do fracasso escolar de crianças, nos anos iniciais de escolarização, desde a criação das escolas graduadas, em 1906, com a Reforma João Pinheiro, em Minas Gerais.

⁴ Arquivo Público Mineiro/ Secretaria do Interior. Códice: 3412. Grupos escolares - 1912

Referências Bibliográficas

- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”. *Teoria e Educação*, 1990, vol.1, n.2, pp. 177-229.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira republica*. Passo Fundo: UPF, 1996.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice C. & MACEDO, Elizabeth (orgs.) *Disciplinas e integração curricular: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação*, 2000. p.33-47.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1, 2001.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Alfabetização em Minas Gerais: adesão e resistência ao método global. In: *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação*, 2000. p. 144-161
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira. História da alfabetização: perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (ogs). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo: Editora UNESP, 2000
- MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.
- PERES, Eliane Teresinha. *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública gaúcha (1909-1959)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2000. (Tese de doutorado).
- VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público de Belo Horizonte: Faculdade de Educação/USP*, 1999. (Tese de doutorado)
- VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-69.